

Paraguai: A Primeira Revolução Popular nas Américas

Mário Maestri

Resumo: Já antes do fim da chamada Guerra do Paraguai [1864-1870] surgia no Brasil historiografia de cunho nacional-patriótico centrada nos grandes feitos e chefes militares maiores do Império do Brasil, que se limitou no fundamental a repetir as apologias do Estado imperial sobre as razões e desdobramentos do conflito. Essa historiografia desconheceu e desconhece ainda substancialmente a importante historiografia revisionista argentina, paraguaia e uruguaia sobre aqueles sucessos, em geral desqualificada sumária e abusivamente como mera produção ideológica. O presente artigo aborda o importante estudo de R. A. White [1944-2016], *La primera revolución popular em América: Paraguay (1810-1840)*, dos anos 1970, sobre o período francista, jamais traduzido ao português e semi-desconhecido pela historiografia brasileira

Palavras chave: 1. Francismo. 2. Guerra do Paraguai. 3. Historiografia.

A Guerra do Paraguai ocupa na historiografia brasileira contemporânea posição diametralmente inversa à importância que teve em nossa história e à importância do Império do Brasil naquele conflito. Em verdade, ainda não silenciavam as armas e já surgia no Brasil vasta bibliografia memorialística e sub-histógrafa de caráter nacional-patriótico. Uma produção centrada obsessivamente nos relatos das grandes batalhas e nos feitos dos comandantes superiores, geralmente produzida por oficiais militares, com destaque para os do exército de primeira linha. Essa literatura retomou quase literalmente as explicações do Estado imperial do conflito como resposta à agressão ao território brasileiro do ditador Solano López, espécie de Napoleão treloucado, fixado na construção no Prata de um império americano. No Brasil, após aqueles sucessos, foram raros, e tiveram escassa repercussão, as dissonâncias, em geral de matriz positivista ortodoxa, a essa produção literário-histógrafa patriótica monocorde.

A enorme despreocupação e ignorância dessa literatura histórica em relação à formação social paraguaia ancorou-se em descrições sumárias, caricaturais e impressionistas da nação mediterrânea. Mais comumente, a República do Paraguai foi apresentada como formada por povo semi-natural e quase-bárbaro. Até hoje, sugere-se um perfil indígena para aquela nação, antes e durante a guerra, ao servir-se impertinente do termo “guarani” como sinônimo de “paraguaio”. Em suma. No Brasil, apesar da farta biografia sobre a guerra, pouco se leu, pouco se pesquisou, pouco se publicou e pouco se traduziu de qualidade sobre a República do Paraguai. As raras exceções à regra nessa miséria bibliográfica foram mantidas nas sombras do desconhecimento. Caso da magnífica obra do americanista uspiano Raul de Andrada e Silva [1905-1991], *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai: [1814-1840]*, de 1978. Apesar de seu valor, esse trabalho foi mal publicado e jamais reeditado. Nas últimas décadas, foram publicados alguns trabalhos brasileiros que revisavam a historiografia patriótica dominante, ao abordar direta ou indiretamente a história paraguaia e da Guerra Grande. Em geral, essa

produção foi também relegada quando da discussão sobre o Paraguai e o conflito de 1864-70. A despreocupação para com o estudo da formação social paraguaia sequer foi superada quando da publicação, em 1979, da célebre reportagem histórica O genocídio americano: a guerra do Paraguai, de Júlio José Chiavenato. Essa reportagem histórico-jornalística praticamente inaugurou no Brasil relato apoiado na antiga tradição platina revisionista. Boa parte do trabalho interpretava aqueles sucessos a partir do expansionismo imperial e liberal-portenho de viés hegemônico; dos conflitos entre unitários e federalistas; da formação singular paraguaia, etc. A negação das descrições encomiásticas da obra de Chiavenato constituiu, no essencial, retorno à história nacional-patriótica apenas modernizada. Ela jamais empreendeu uma superação, em um sentido hegeliano, de seus limites e tropeços.

Produção Ignorada

As ricas bibliografias revisionistas argentina e paraguaia sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai seguiram - e seguem ainda, em boa parte - quase que desconhecidas no Brasil. Mais ainda, houve verdadeiro esforço para soterrar aquela produção, deslegitimando-a sumariamente. O revisionismo historiográfico platino sobre a Guerra Grande foi apresentado, através de explicações em geral rasteiras, como simples produto de desvarios terceiro-mundistas, esquerdistas, marxistas, fortes a partir dos anos 1960. Ou, pior ainda, como operação criada para defender interesses político-econômicos contemporâneos - operação fundiária de Enrique Solano López, ditadura de Stroessner, etc. Entretanto, o impulso revisionista sobre a história paraguaia encravava suas raízes comumente nos anos anteriores ao grande conflito, ou seja, mais de século antes daqueles sucessos contemporâneos!

Autores clássicos argentinos, paraguaios e uruguaios como Blas Garay (1873-1899); Cecilio Baez (1862-1941); Efraim Cardozo (1877-1951); Gregorio Benites (1834-1910); Jose Hernandez (1834-1886); Juan B. Alberdi (1810-1884); Juan E. Leary (1879-1969); Manuel Domínguez (1868-1935); Rafael Berrett (1876-1910) ou, mais recentes como Luis Alberto Herrera (1873-1959), Julio César Chaves (1907-1989), José Maria Rosa (1906-1961), Milcíades Pena (1936-1965), Enrique Rivera (1922-1995), Sánchez Quell (1907-1986), jamais traduzidos ao português, foram e seguem sendo literalmente ignorados por nossa historiografia especializada. Em geral, alguns desses autores aparecem citados nas bibliografias de estudos nacionais recentes, sem que se estabeleça o diálogo ou a refutação historiográfica sistemática que suas propostas e visões implicam e exigem.

Sequer contamos com traduções ao português de trabalhos historiográficos clássicos, como a produção referencial de Juan B. Alberdi sobre o conflito ou a clássica biografia de José Gaspar de Francia, de Julio César Chaves, El Supremo Dictador, publicada por primeira vez, em Buenos Aires, em 1942, com repetidas reedições. Esse trabalho sobre a vida e a obra do fundador do Paraguai moderno, apoiado em substancial documentação primária arquivada, apresenta importante informação sobre a constituição

sui-generis do Paraguai pós-Independência, realidade que se manteve, no substancial, no período pós-francista que antecedeu a Guerra Grande [1840-1865]. Uma despreocupação com aquele período e figura histórica em profunda contradição com o destaque que o período francista e o doutor José Gaspar de Francia conheceram no mundo da cultura do século 19.

Nossa historiografia também quase ignora trabalhos paradigmáticos contemporâneos sobre o Paraguai, como o estudo do alemão Heinz Peters, sobre o sistema educacional paraguaio no período pós-independência, traduzido ao espanhol, em 1996, sob o título *El sistema educativo paraguayano desde 1811 hasta 1865*. Nesse trabalho magistral, o historiador alemão desenvolve sumária mas sólida discussão da formação social paraguaia, no período em debate, com destaque para o francismo. Talvez ainda mais significativo seja a ignorância do magnífico trabalho do historiador estadunidense Richard Alan White, referente ao período francista, publicado, em inglês, em 1978 e lançado no Paraguai, em tradução ao espanhol, em 1984, com reedição em 1989. Esse brilhante historiador, nascido em 1944, acaba de falecer, no dia 9 de julho do presente ano, em sua residência, em Hoopersville, MD.

A Primeira Revolução Popular

A tese de doutoramento de R. A. White, publicada em inglês, em 1978, e traduzida ao espanhol sob o título *La primera revolución popular em América: Paraguay (1810-1840)*, foi produzida a partir de longa investigação de cinco anos, sobretudo no Arquivo das Índias, na Espanha; no Arquivo Geral da Nação e no Museu Mitre, em Buenos Aires; no Arquivo Geral da Província de Corrientes, em Corrientes, Argentina; na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e, sobretudo, no Arquivo Nacional de Assunção. Dividido em três partes – “La tradición colonial”; “El proceso revolucionario”; “La lucha por la autonomía”, de respectivamente dois, cinco e dois capítulos, o trabalho possui, com a Conclusão, 202 páginas de texto. Trata-se de reconstrução e interpretação historiográfica de elevado nível técnico, vertidas em texto singularmente sintético, de fácil e agradável leitura, em uma clara dissociação entre o processo de investigação e o de apresentação das conclusões. Arriscaríamos propor que, na forma de sua apresentação, o trabalho materializa com singular maestria a possível vontade de alcançar, além do leitor especializado, o grande público interessado, devolvendo sobretudo os resultados da investigação aos descendentes da população objeto da pesquisa. Até os seus últimos dias, Richard A. White foi ativo historiador marxista, ativista destacado da defesa dos direitos humanos, tendo apoiado ativamente a revolução socialista na América Latina nos anos 1970.

Na edição paraguaia de *La primera revolución popular em América: Paraguay (1810-1840)*, destacam-se as pouco mais de cem páginas finais, com “cronologia” dos principais fatos, folha das abreviações, notas dos capítulos, bibliografia e, sobretudo, as 72 páginas dos nove apêndices, com quadros do “Presupuesto nacional del Paraguay [1816-1840]”; do “Dinero efectivo en depósito” [1818-1840]; das “Exportaciones

paraguayas” [1800-1839]; “Exportaciones por Pilar” [1829-1839]; das “Exportaciones por Itapua”, [1826-1839]; das “Exportaciones del Estados por Pilar, 1831” e por “Itapúa, em 1837 e 1838”. Os anexos concluem-se com informações estatísticas sobre as tropas paraguaias em 1828, 1834, 1837 e 1839 e lista das “Estancias del Estado”, do “Interior”, de “Costa abajo”, de “Costa arriba”. O autor apresenta, igualmente, as fontes utilizadas para a produção dos valiosos e detalhados dados estatísticos, produzidos a partir de trabalho arquivado verdadeiramente portentoso.

Nesse trabalho de corte revisionista e epistemologia materialista, abandona-se claramente o mundo das suposições, das aproximações e das divagações sobre a sociedade no período francista que, em geral, pulularam e pululam ainda fortemente na bibliografia brasileira sobre a Guerra do Paraguai. R. A. White delimita a real dimensão das forças armadas paraguaias, no geral, já na época fortemente superestimadas pelos governos das nações vizinhas, em boa parte devido à contrinformação francista. Em 1837, as tropas de linhas paraguaias elevavam-se a 1.760 homens. O autor assinala que os soldados lanceiros recebiam cinco pesos mensais de soldo; os cabos granadeiros, seis; os sargentos lanceiros, 8,5; os sargentos granadeiros, 10,5. Em 1828, um tenente dos granadeiros a cavalo recebia 23,5 pesos mensais, em torno de duas vezes o soldo do sargento [onze] e de quatro vezes o do soldado daquela arma [seis]. A defesa militar do país apoiava-se também em milícias cidadãos não pagas, de maior número. Parte significativa do orçamento público destinava-se à defesa do país.

Por Decisão Popular

Richard A. White destaca o confronto social que alçou José Gaspar de Francia ao governo e ao poder, que resultou nos dois congressos multitudinários impulsionados por ele. O autor lembra o caráter democrático e popular único nas Américas – dessa e de outras épocas – da reunião constitucional de outubro de 1813, que criou o consulado, entronizando Francia ao lado de um representante da oligarquia crioula. O congresso foi formado por mais de 1.100 delegados, sobretudo “pequeños agricultores, ganaderos, peones de estancia, recolectores de yerba, navegantes almaceneros de pueblo, comerciantes, obrajeros, alcaldes, indígenas”, etc. Segundo a população estimada do país, em torno de um delegado para cada 170 ou 180 habitantes, escolhido através dos mais distantes rincões do Paraguai!

Uma impressionante consulta popular e democrática repetida no congresso de maio de 1816, no qual, segundo depoente da época antipático ao francismo, três quartos dos deputados seriam “hombres pobres”, em enorme maioria provenientes do mundo rural. Foi essa última portentosa reunião que instituiu a ditadura provisória, sancionando a derrota política das classes proprietárias crioulas, alijadas do exercício direto e indireto do poder, até a morte do Francia, em 1840. R.A. White oferece aos leitores descrição densa e detalhada dos confrontos sociais que sancionaram o embate entre as forças

sociais espanholistas, portenhistas, proprietárias crioulas e as classes populares, acaudilhadas por Francia.

Na descrição da gênese nessas regiões das Américas da singular ditadura francista de corte plebeu, R.A. White restaura a complexidade e a riqueza de um movimento histórico e social apresentado tradicionalmente como produto da vontade de um indivíduo embriagado pelo poder, em uma região de população rústica e praticamente sem instituições civis. Nesse sentido, em 2002, Francisco Doratioto propunha em Maldita guerra: “Francia isolou seu país como a melhor forma de manter a independência em relação a Buenos Aires e a sua própria ditadura, na qual as instituições ‘públicas’ eram um apêndice de sua vontade e idiosincrasias pessoais.” Visão historiográfica ingênua, que deduz os fatos sociais profundos da vontade dos homens, ou, pior ainda, da vontade de um só homem, incapaz de ver, ao contrário, a produção-determinação tendencial dos homens pelas forças sociais profundas que eles interpretam e certamente determinam.

Mito e História

O acurado levantamento documental e a cerrada crítica historiográfica empreendidos na obra de R.A. White não deixam igualmente espaço para a legenda do isolacionismo desejado e construído pelo suposto ditador tresloucado. Em forma irrefutável, o autor descreve e detalha a constante preocupação do francismo em manter as relações com o exterior, em oposição à política liberal-portenha de estrangulamento comercial da província rebelde. Preocupação que o levou a estabelecer as melhores relações possíveis com o governo imperial brasileiro, para manter o porto seco de Itapua-São Borja, garantia contra a tentativa liberal-portenha de asfixiar comercialmente a República do Paraguai. A rústica visão historiográfica de isolacionismo procurado por ditadura autárquica reproduziu apenas a denúncia dos comerciantes monopolistas liberal-portenhos, na época dos fatos, indignados com a orientação econômica que, segundo R.A. White, jamais igualou “los conceptos de libre navegación y libre comercio”.

No denso capítulo conclusivo sobre a “economía de la independencia”, R. A. White lembra, na visão de Francia, as nações realmente independentes “solamente comercian con quien quieren, cuándo y como quieren y les acomoda, cesando cuando no lo consideran conveniente por cualquier motivo”. Opção econômica que determinou o controle de partes importantes da produção e do comércio paraguaio, permitindo na opinião do autor que o país se salvasse da “dependencia del colonialismo español” e impediu a penetração “capitalista de la economía, negando con ello a los nuevos imperialistas la oportunidad de reducir al Paraguay a la situación de una neo colonia dependiente.”

Richard A. White não comunga com a definição de caráter bonapartista do Estado paraguaio que, diante da fragilidade da aristocracia crioula, teria governado em nome de todas as classes, na defesa dos interesses dos grandes proprietários paraguaios. Ao contrário, propõe que o doutor Francia serviu-se daquela indiscutível fragilidade para

aprofundá-la, reprimindo política e socialmente os proprietários crioulos, sem porém jamais extingui-los como classe. Repressão impulsionada qualitativamente sobretudo após a grande conspiração de 1820, verdadeira “confrontación de clase”, na leitura do autor. Daí a origem de um Estado e uma sociedade substancialmente diversos das demais nações da bacia do Prata e das Américas. Devido a esses sucessos, que radicalizaram o caráter camponês autônomo da República do Paraguai, o país teria se alçado, caso único nas Américas, à situação de Estado-nação, ainda que muito rústico. Modernidade paraguaia, em relação sobretudo às nações vizinhas, também apreendida com sensibilidade pela historiadora Wilma P. Costa em trabalho que aborda marginalmente os sucessos da guerra de 1864-70.

Ditadura Popular

Richard A. White apresenta o francismo como ditadura popular, expressão dos interesses de 95% da população do Paraguai de então – chacareros, pequenos comerciantes, pueblos, peões, etc. Descreve as suas múltiplas iniciativas em favor da população plebéia, sem, porém, jamais detalhar precisamente o que entende por povo, base social daquela ordem. Apesar de geral, é extremamente elucidativa a descrição do arrendamento de lotes pequenos, médios e maiores das terras públicas, ainda que, lamentavelmente, a documentação estudada informe sobre o baixo valor dos alugueis anuais dos lotes sem, porém, detalhar as suas extensões.

Os lotes menores das propriedades estatais postos à disposição da população pagavam uns dois pesos anuais de aluguel, bem menos que o salário mensal de um trabalhador braçal. Ou seja, eram claramente acessíveis a praticamente toda a população camponesa do país. No final do governo de Francia, segundo R. A. White, seis mil lotes arrendados sustentariam pouco menos de quarenta mil pessoas, uns 13% da população. Dados que apontam e sugerem importantes razões do apoio e estabilidade do regime francista, por uma lado, e a necessidade de empreender as obras públicas com prisioneiros ou soldados, devido à inexistência de algo semelhante a um exército rural e urbano de reserva.

Este magnífico estudo talvez enfatize demasiadamente a intencionalidade e a consciência plena do doutor Francia e do francismo na luta pela produção de uma ordem nacional e popular autônoma. O que leva o autor a uma muito valiosa discussão das escolas de pensamento nas quais eventualmente o ditador perpétuo apoiara sua ação. Nos fatos, procura as raízes de uma articulação consciente para uma política e práticas que cremos possivelmente em boa parte semiconscientes e inconscientes. Políticas e práticas nascidas da luta intransigente pela única independência então possível, a que interpretava os segmentos plebeus paraguaios, com destaque para o pequeno comércio, artesanato e, sobretudo, proprietários e arrendatários rurais, que apoiaram decididamente a instalação e manutenção da ditadura no país.